

28.novembro.2017 – 14:00

**RELATÓRIO DE AUDIÇÃO DE PETICIONÁRIOS – [Petição n.º 360/XIII/2.ª](#) - Solicitam a adoção de medidas contra o encerramento do Colégio de Torre D. Chama.**

**Entidade:** Dr. Bruno Carvalho, Drª. Rosa Maria Carvalho e Dr. Henrique Borges

**Recebidos por:** Maria Manuela Tender (PSD, Deputada relatora da petição, que presidiu à audição), Álvaro Batista (PSD), Ana Rita Bessa (CDS-PP) e Ana Mesquita (PCP).

**Assunto:** Solicitam a adoção de medidas contra o encerramento do Colégio de Torre D. Chama.

**Exposição:** A Senhora Deputada Maria Manuela Tender (PSD, que presidiu à reunião), cumprimentou os peticionários presentes e informou dos tempos fixados para a audição.

Os peticionários agradeceram a audição e referiram que o Colégio tem quase 40 anos, tendo inicialmente instalações em pavilhões pré-fabricados. Em 1983, um despacho governamental estabeleceu que nos locais em que havia escolas particulares não deviam ser construídas escolas públicas e entretanto o Colégio construiu instalações próprias, com todos os equipamentos necessários, que foram aprovadas pelo Ministério da Educação e havia o compromisso de que não seria construída uma escola pública.

O [Despacho Normativo n.º 1-H/2016, de 14/4/2016](#), limitou a utilização do Colégio ao abrigo de contrato de associação e neste momento funciona apenas com 1 turma do 9.º ano e outra do 12.º, ambas de final de ciclo e pagas pelo Ministério da Educação e outra do 10.º ano, esta sem apoio do mesmo.

O Colégio tem uma camioneta que faz o transporte dos alunos, de Vinhais, Macedo de Cavaleiros e Mirandela. Os alunos que não puderam ficar no Colégio foram para as escolas dos 3 concelhos referidos atrás. Nesta sequência, alunos que viviam a 3Km do Colégio, passaram a fazer 30Km para irem para a escola pública, em estradas com difícil acessibilidade, pelo que saem de casa às 7h da manhã e regressam às 19h.

Estão em causa famílias com dificuldades financeiras e os alunos chegam a casa tarde, com fome, cansados e com os trabalhos de casa por fazer, não tendo possibilidade de terem explicações. Em contrapartida, no Colégio, quando iam para casa já levavam os trabalhos de casa feitos.

Os peticionários entendem que está a haver um tratamento diferenciado entre os cidadãos do litoral, que são de 1.<sup>a</sup> e os do interior, de 2.<sup>a</sup>. Esta atuação contribui para a desertificação e desigualdade entre o litoral e o interior. Por outro lado, o Colégio é um meio de fixação de pessoas e o seu fecho contribui para a desertificação do concelho.

O deputado Álvaro Batista (PSD) manifestou que o PSD está solidário com a situação e referiu que no seu concelho, Proença-a-Nova, já fechou um Colégio e os professores arranjaram novo emprego, mas os auxiliares não, tendo ficado desempregados.

Indicou depois que o PSD entende que os colégios são importantes no interior e no litoral e a diferença é que os do litoral podem arranjar mais alunos e os do interior não, pelo que vão fechar.

A Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) defendeu que as escolas particulares devem coabitar com as públicas e o Despacho acima referido foi publicado sem dar tempo para as escolas se adaptarem, sem criar um processo de transição. Referiu ainda que atenta a contestação que se verificou na sequência da publicação do Despacho, o Ministério da Educação fez um estudo – bastante limitado - e comprometeu-se a atender a casos particulares, o que não fez.

Realçou depois o facto de os alunos passarem a ter residência a 30Km da escola, com as dificuldades de deslocação inerentes, atento o tipo de estradas e as condições climáticas do local. Questionou ainda se em algum momento tinham reunido com o Ministério da Educação e qual a coordenação a nível autárquico para o transporte dos alunos. A terminar, perguntou qual o horizonte temporal de vida do Colégio, se não houver alterações legislativas ou atenção ao caso específico desta escola.

A Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) cumprimentou os peticionários e perguntou qual o número de trabalhadores que podem estar em risco.

Devolvida a palavra aos peticionários, os mesmos referiram que a manter-se a situação, o Colégio fechará no final do ano letivo. Indicaram ainda a Câmara comprometeu-se a custear turmas do Secundário, mas foi agora eleito um novo Presidente e não sabem qual a atuação que terá lugar no futuro. Referiram também que a alteração dos apoios do Estado, através dos contratos de associação, devia ter sido feita com planeamento.

Informaram que o Colégio tem 18 trabalhadores, incluindo não docentes e reiteraram a indicação de que a residência dos alunos a 30Km implica deslocações de cerca de 1 hora, para além de que muitas crianças quando regressam ainda fazem trabalhos no campo, para ajudarem os pais.



Comissão de Educação e Ciência

---

Informaram ainda que algumas escolas públicas para onde os alunos foram não têm as condições necessárias a nível de laboratórios.

A Deputada Maria Manuela Tender (PSD, relatora da petição) referiu que a definição da rede escolar é uma competência do Ministério da Educação e a Assembleia da República pode questionar o Governo sobre isso, mas ainda não obteve resposta. Indicou depois que a medida adotada não proporciona igualdade de oportunidades e os pais não têm direito de escolha, realçando ainda a necessidade de ponderação a nível de rendimento dos alunos.

Defendeu também que o Estado não deve servir-se das pessoas e instituições quando precisa e abandoná-las quando não precisa. A terminar, transmitiu uma palavra de solidariedade e realçou que o resultado das provas nas escolas de Trás-os-Montes evidencia uma diferença para menos em relação à média nacional, o que também se deverá às oportunidades atribuídas.

A audição foi objeto de gravação, disponível na [página da Comissão na internet](#), constituindo parte integrante desta ata, o que dispensa maiores desenvolvimentos nesta sede.

Palácio de São Bento, 28 de novembro de 2017

A assessora  
*Teresa Fernandes*